

Paulo Lôbo

Direito Civil

Obrigações

volume 2

Inclui Responsabilidade Civil

6ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2270-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1ª andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 2 : obrigações / Paulo Lôbo. – 6.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Direito civil - Brasil 2. Obrigações (Direito) – Brasil I.
Título.

17-1233

CDU 347.4 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Obrigações : Direito civil 347.4 (81)

Presidente Eduardo Mutarej
Vice-presidente Cláudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Munilo Angeli Dias dos Santos

Gerência**Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro

Fernando Penteado
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio**Diagramação e revisão** Casa de Ideias Editoração e Design

Comunicação e MKT Carolina Bastos
 Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Geográfica**Data de fechamento da edição: 10-10-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
 Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604470 CAE 623576

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Obrigações em Geral.....	15
1.1. Direito das Obrigações.....	15
1.2. Conceito e Pressupostos das Obrigações.....	20
1.3. Distinção entre Dívida e Obrigação	22
1.4. Execução Forçada.....	22
1.5. Dívida e Responsabilidade	25
1.6. O Papel da Causa nas Obrigações	28
1.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.....	30
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito das Obrigações.....	35
2.1. A Constitucionalização das Obrigações.....	35
2.2. As Etapas do Constitucionalismo e a Evolução Contemporânea do Direito das Obrigações.....	37
2.3. Inserção do Direito das Obrigações no Estado Social.....	38
2.4. Repersonalização do Direito das Obrigações.....	39
2.5. Fundamentos Constitucionais do Contrato.....	41
2.6. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade por Danos	45
CAPÍTULO III	
Fontes das Obrigações	48
3.1. Classificação das Fontes	48
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes	51
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro.....	53
3.2. Nossa Posição.....	55

CAPÍTULO IV	
Relação Jurídica Obrigacional.....	58
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa	58
4.2. Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos	62
4.3. Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro	63
4.4. Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros.....	64
4.5. Tutela Externa do Crédito	66
4.6. A Relação Obrigacional como Processo.....	69
CAPÍTULO V	
Prestação	72
5.1. A Prestação como Objeto da Obrigação	72
5.2. Direito à Prestação ou Direito de Crédito.....	73
5.3. Licitude da Prestação.....	74
5.4. Determinação da Prestação	75
5.5. Possibilidade e Impossibilidade da Prestação. Superendividamento.....	77
5.6. Prestações Instantâneas e Duradouras.....	81
5.7. Imputação de Responsabilidade	81
CAPÍTULO VI	
Deveres Gerais de Conduta	83
6.1. Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta	83
6.2. Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações.....	87
6.2.1. Deveres pré e pós-contratuais	90
6.2.2. Dever de não agir contra os atos próprios	95
6.3. Dever de Realizar a Função Social	97
6.4. Dever de Equivalência Material das Prestações	100
6.5. Dever de Equidade.....	100
6.6. Dever de Informar.....	102
6.7. Dever de Cooperação	107
CAPÍTULO VII	
Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão	111
7.1. Direitos sem Pretensão	111
7.2. Dívidas Prescritas	113
7.3. Obrigações Judicialmente Inexigíveis	114
7.4. Dívidas de Jogo e de Aposta	115

CAPÍTULO VIII

Obrigações de Fazer e de Não Fazer	117
8.1. Primazia das Obrigações de Fazer	117
8.2. Obrigações de Fazer	118
8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer	119
8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer	121
8.3. Obrigações de Não Fazer.....	122
8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer.....	124
8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer	125

CAPÍTULO IX

Obrigações de Dar	127
9.1. Obrigações de Dar	127
9.2. Obrigações de Dar Coisa Certa.....	128
9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	129
9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos	130
9.3. Obrigação de Restituir	130
9.4. Obrigação de Dar Coisa Futura	132
9.5. Obrigações de Dar Coisa Incerta.....	134
9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta... 136	

CAPÍTULO X

Obrigações Alternativas	138
10.1. Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha	138
10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas	140
10.2. Impossibilidade da Prestação Alternativa.....	141
10.3. Obrigações Facultativas.....	143

CAPÍTULO XI

Obrigações Indivisíveis e Divisíveis	144
11.1. Obrigações Indivisíveis.....	144
11.2. Obrigações Divisíveis	147
11.3. Pluralidade de Participantes	148
11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores	149
11.4. Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível.....	150

CAPÍTULO XII

Obrigações Solidárias	151
12.1. Obrigações Solidárias.....	151
12.2. Solidariedade Ativa.....	154

12.3. Solidariedade Passiva.....	159
12.3.1. Mora na solidariedade passiva.....	162
12.4. Na Fiança Não Há Solidariedade	163
12.5. Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário	164
12.6. Rateio entre os Devedores Solidários.....	165
12.7. Impossibilidade da Obrigação Solidária	166
12.8. Extinção da Obrigação Solidária	167

CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações	169
13.1. Transmissão de Créditos e Dívidas.....	169
13.2. Cessão de Crédito.....	170
13.2.1. Forma da cessão de crédito	174
13.2.2. Notificação do devedor.....	175
13.2.3. Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão	176
13.2.4. Cessões legais de crédito	177
13.2.5. Responsabilidades do credor cedente	178
13.2.6. Créditos intransmissíveis	179
13.2.7. Pluralidade de cessões de crédito	181
13.3. Assunção de Dívida.....	181
13.3.1. Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	184
13.3.2. Assunção de adimplemento	185
13.4. Cessão de Contrato	186

CAPÍTULO XIV

Adimplemento	188
14.1. Concepção do Adimplemento	188
14.2. Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir)	191
14.3. Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir).....	193
14.4. Objeto do Adimplemento.....	196
14.4.1. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	197
14.4.2. A correção monetária do valor da prestação.....	199
14.4.3. Índices e parâmetros de atualização monetária.....	201
14.4.4. Proibições e limitações de índices de correção monetária.....	202
14.4.5. Correção monetária excessiva como cláusula abusiva.....	203
14.4.6. Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes	204
14.5. Prova do Adimplemento. Quitação	207
14.6. Lugar do Adimplemento	211

14.7. Tempo do Adimplemento.....	214
14.8. Adimplemento Substancial.....	216

CAPÍTULO XV

Modos Eventuais de Adimplemento 221

15.1. A Razão de Serem Modos Eventuais	221
15.2. Consignação em Adimplemento.....	221
15.3. Adimplemento com Sub-rogação.....	227
15.4. Imputação do Adimplemento.....	231
15.5. Dação em Adimplemento.....	233
15.6. Compensação	236
15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação.....	241
15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação.....	243
15.7. Confusão.....	244
15.8. Novação	246
15.9. Remissão de Dívida.....	251

CAPÍTULO XVI

Inadimplemento das Obrigações 255

16.1. Inadimplemento em Geral	255
16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento	258
16.1.2. Caso fortuito e força maior.....	260
16.2. Mora	261
16.2.1. Mora do devedor	263
16.2.2. Mora do credor.....	265
16.2.3. Purgação da mora.....	268
16.3. Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor.....	269
16.4. Perdas e Danos pelo Inadimplemento	271
16.5. Aspectos Gerais do Dano Extrapatrimonial	277
16.6. Juros Legais.....	281
16.7. Arras e Direito de Arrependimento	288
16.8. Violação Positiva da Obrigação	291

CAPÍTULO XVII

Cláusula Penal 295

17.1. Características	295
17.2. Funções da Cláusula Penal	296
17.3. Limites Legais da Cláusula Penal	300
17.4. Redução Judicial e Aplicação da Equidade.....	302

CAPÍTULO XVIII

Atos Unilaterais.....	305
18.1. Atos Unilaterais.....	305
18.2. Promessa de Recompensa	305
18.3. Concurso de Direito Privado.....	309
18.4. Gestão de Negócios Alheios	311
18.5. Enriquecimento sem Causa	314
18.6. Pagamento Indevido.....	317

CAPÍTULO XIX

Responsabilidade Civil em Geral	321
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral	321
19.2. A Responsabilidade no Direito	323
19.3. Noção de Responsabilidade Civil.....	325
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil.....	326
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil.....	329
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva.....	330
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano.....	332
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	334
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial	337
19.10. Principais Espécies de Responsabilidade Civil.....	339
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa)	340
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva.....	342
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva.....	343
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano	345
19.15. Pré-Exclusão de Ilicitude e Responsabilidade Civil.....	345
19.16. Dano em Geral.....	346
19.17. Espécies de Danos	347
19.18. Dano Material.....	349
19.19. Dano Moral	350
19.20. Dano Estético.....	353
19.21. Dano Existencial	353
19.22. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas.....	354
19.23. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga.....	355
19.24. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual	356

CAPÍTULO XX	
Reparação Civil	358
20.1. Dever de Reparação do Dano.....	358
20.2. Direito à Reparação.....	359
20.3. Espécies de Reparação	360
20.4. Abrangência da Reparação	361
20.5. Reparação Compensatória do Dano Moral	362
20.6. Reparação Punitiva	363
20.7. Reparação por Fato do Homem.....	365
20.8. Reparação pelo Fato do Animal	368
20.9. Reparação pelo Fato da Coisa	369
20.10. Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal.....	370
20.11. Reparações Específicas	372
20.12. Liquidação.....	373
Bibliografia	375

STJ00109364 - V. 3

Paulo Lôbo

Direito Civil

Contratos

volume 3

6ª edição
2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

**DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Lôbo, Paulo

Contratos / Paulo Lôbo. - Coleção Direito civil volume 3 –
6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
464 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1417-2 (impresso)

1. Direito civil 2. Contratos - Brasil I. Título.

20-0110

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

347(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin

Direção editorial Renata Pascual Müller

Gerência editorial Roberto Navarro

**Gerência de produção
e planejamento** Ana Paula Santos Matos

**Gerência de projetos e
serviços editoriais** Fernando Penteadó

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)

Daniel Pavani Naveira

Estevão Bula Gonçalves

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Amanda Mota Loyola

Camilla Felix Cianelli Chaves

Claudirene de Moura Santos Silva

Deborah Mattos

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial

Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Barтира

Data de fechamento da edição: 31-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606104 CAE 706603

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Contrato	15
1.1. Concepções e Dimensões do Contrato	15
1.2. Modelo Romano do Contrato	19
1.3. Teoria Moderna ou Tradicional do Contrato	20
1.4. Transformações ou Teoria Contemporânea do Contrato	22
1.5. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual ...	26
1.6. Modelos Plurais dos Contratos na Contemporaneidade	29
1.7. Contratos de Consumo	30
1.8. Contratos Eletrônicos	35
1.9. Arbitragem nos Contratos	39
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito Contratual	44
2.1. O Contrato e as Constituições Liberais	44
2.2. Contrato e Estado Social	46
2.3. Contrato como Categoria da Ordem Econômica Constitucional	48
2.4. O Princípio da Livre-Iniciativa e a Liberdade Contratual	52
2.5. Colisão entre Autonomia Privada Negocial e Direitos Fundamentais .	56
2.6. Diretrizes Fundamentais dos Contratos na Constituição de 1988	57
CAPÍTULO III	
Princípios do Contrato	59
3.1. Princípios Jurídicos e sua Classificação nos Contratos	59
3.2. Princípio da Autonomia Privada Negocial	60
3.3. Princípio da Força Obrigatória	65
3.4. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato	67
3.5. Princípios Sociais dos Contratos	69

3.6.	Princípio da Função Social	70
3.7.	Princípio da Equivalência Material	73
3.8.	Princípio da Boa-Fé Objetiva.	76

CAPÍTULO IV

Formação dos Contratos	82	
4.1.	Momentos da Formação do Contrato	82
4.2.	Manifestação de Vontade no Contrato	85
4.3.	Oferta	86
4.4.	Oferta ao Público	87
4.5.	Aceitação	88
4.6.	Negociações Preliminares e seus Efeitos	89
4.7.	Conduta Negocial Típica.	92
4.8.	Formação do Contrato de Consumo	95
4.9.	Formação do Contrato Eletrônico.	99

CAPÍTULO V

Classes e Grupos de Contratos	102	
5.1.	Contratos Atípicos.	102
5.2.	Contratos Típicos	104
5.3.	Contratos Bilaterais	105
5.4.	Contratos Aleatórios	106
5.5.	Contrato Preliminar. Promessa de Compra e Venda	109
5.6.	Contratos Mistos.	113
5.7.	Contratos Coligados ou Conexos	115
5.8.	Contratos Relacionais	119
5.9.	Contratos Existenciais e Comunitários	121
5.10.	Contratos Incompletos	122

CAPÍTULO VI

Massificação e Vulnerabilidade Contratuais. Condições Gerais dos Contratos	124	
6.1.	Massificação Contratual	124
6.2.	Condições Gerais dos Contratos	126
6.3.	As Condições Gerais dos Contratos na Legislação Brasileira	129
6.4.	Contrato de Adesão	132
6.5.	Formação e Eficácia das Condições Gerais dos Contratos	134
6.6.	Integração das Condições Gerais nos Contratos de Adesão	136
6.7.	Cláusulas Abusivas	138
6.8.	Vulnerabilidade Contratual.	141
6.9.	Poder Negocial e Proteção do Contratante Vulnerável	142

CAPÍTULO VII

Efeitos de Contratos em Relação a Terceiros	145
7.1. Estipulação em Favor de Terceiro	145
7.2. Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contrato Social.	147
7.3. Promessa de Fato de Terceiro.	149
7.4. Contrato com Pessoa a Declarar	150

CAPÍTULO VIII

Garantias Legais aos Contratantes.	153
8.1. Garantia Contra a Evicção	153
8.2. Garantia Contra os Vícios Redibitórios.	158
Contrato comutativo sobre coisas móveis ou imóveis.	159
Tradição da coisa	160
Vício oculto	160
Funcionalidade do vício.	161
Decadência, pelo não exercício do direito	162
Pretensões do adquirente: redibição e abatimento do preço	163
8.3. Responsabilidade por Vício nas Relações de Consumo	165
8.4. Exceção de Contrato não Cumprido	171
8.5. Exceção de Reforço de Garantia	172

CAPÍTULO IX

Interpretação e Integração dos Contratos	174
9.1. Interpretação do Contrato Paritário.	174
9.2. Critérios Legais da Interpretação Contratual.	179
9.3. Pressupostos da Interpretação Contratual	182
9.4. Interpretação Integrativa e Integração	183
9.5. Integração dos Deveres Gerais de Conduta Negocial e sua Interpretação	185
9.6. Interpretação das Condições Gerais do Contrato de Adesão	188
9.7. Interpretação do Contrato de Adesão, Regulado pelo Código Civil ..	191
9.8. Interpretação dos Contratos de Consumo	193

CAPÍTULO X

Revisão e Extinção do Contrato	195
10.1. Revisão Legal e Judicial dos Contratos	195
10.2. Modos de Extinção dos Contratos.	199
10.3. Resilição Unilateral e Distrato.	200
10.4. Resolução do Contrato	202
10.5. Revisão ou Resolução por Onerosidade Excessiva Superveniente.	207

10.6.	Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> , Teoria da Imprevisão e Teoria da Base do Negócio	209
10.7.	Caso Exemplar de Mudança de Circunstâncias: a Mudança do Câmbio em 1999, no Brasil.	213
10.8.	Frustração da Base do Negócio	214
10.9.	O Uso da Equidade para Revisão do Contrato Excessivamente Onerado	216
10.10.	Vantagem Superveniente pela Mudança de Circunstâncias	217
10.11.	Direito e Dever de Renegociação.	218
CAPÍTULO XI		
	Compra e Venda	220
11.1.	Conceito e Elementos do Contrato de Compra e Venda	220
11.2.	Unificação da Compra e Venda Civil e Mercantil e Favorecimento do Comprador	222
11.3.	Origem e Evolução da Compra e Venda	223
11.4.	Efeitos do Contrato de Compra e Venda e Transmissão da Propriedade	224
11.5.	Coisa Atual e Futura	226
11.6.	Venda Mediante Amostras, Protótipos ou Modelos.	229
11.7.	Preço	231
11.8.	Deveres do Vendedor e do Comprador	235
11.9.	Repartição dos Riscos	238
11.10.	Vendas Proibidas em Razão de Determinadas Pessoas.	241
11.11.	Venda de Imóvel por Medida ou Como Unidade	244
11.12.	Venda de Parte Ideal em Condomínio.	248
CAPÍTULO XII		
	Compra e Venda: Cláusulas Especiais	251
12.1.	Retrovenda	251
12.2.	Venda a Contento ou Sujeita a Prova.	257
12.3.	Preferência.	261
12.4.	Venda com Reserva de Domínio	267
12.5.	Venda sobre Documentos	274
CAPÍTULO XIII		
	Permuta	278
13.1.	Requisitos e Características do Contrato de Permuta.	278
13.2.	Regras Comuns dos Contratos Aplicáveis à Permuta.	280
13.3.	Coisas que Podem Ser Permutadas	281
13.4.	Regras da Compra e Venda Aplicáveis à Permuta	282
13.5.	Rateio das Despesas do Contrato	284
13.6.	Proibição de Permuta com Descendentes.	285

CAPÍTULO XIV

Doação	287
14.1. Conceituação, Natureza e Características	287
14.2. Objeto da Doação e Liberalidades	289
14.3. Oferta de Doação e Quem Pode Aceitá-la	291
14.4. Promessa de Doação	295
14.5. Doações Meritórias, Remuneratórias ou Com Encargo	297
14.6. Formalidade da Doação	299
14.7. Doação como Adiantamento de Legítima de Herança Futura	301
14.8. Doações Especiais: Subvenções Periódicas, Casamento Futuro, Prole Eventual	303
14.9. Cláusula de Reversão da Doação	307
14.10. Doações Proibidas	308
14.11. Revogação da Doação	311

CAPÍTULO XV

Contrato Estimatório	319
15.1. Noções e Características	319
15.2. Natureza do Contrato Estimatório	322
15.3. Objeto: Coisas Móveis Consignadas	324
15.4. Determinação do Preço ou Valor	325
15.5. Deveres das Partes	326
15.6. Prazo para o Exercício do Poder de Disposição	327
15.7. Restituição da Coisa Consignada	328
15.8. Impossibilidade da Restituição da Coisa e a Obrigação Alternativa ..	329
15.9. Impenhorabilidade da Coisa por Dívidas do Consignatário	332
15.10. Indisponibilidade da Coisa	333

CAPÍTULO XVI

Locação de Coisas	336
16.1. Características da Locação de Coisas	336
16.2. Coisas e os Tipos de Locação	339
16.3. Posse e Uso pelo Locatário	341
16.4. Aluguel	342
16.5. Direitos e Deveres do Locador	344
16.6. Direitos e Deveres do Locatário	346
16.7. Alienação da Coisa Locada	347
16.8. Sublocação e Cessão	348
16.9. Extinção da Locação	350
16.10. Locação de Imóveis Urbanos	353

CAPÍTULO XVII

Prestação de Serviços	358
17.1. Conceito e Abrangência	358
17.2. Distinções com os Contratos de Trabalho e de Empreitada	361
17.3. Profissional Liberal: Prestador de Serviços por Excelência	364
17.4. Remuneração	366
17.5. Prazo do Contrato	367
17.6. Extinção	368

CAPÍTULO XVIII

Empreitada	371
18.1. Conceito e Abrangência	371
18.2. Espécies de Empreitada	373
18.3. Tempo e Execução do Contrato	375
18.4. Preço da Obra	376
18.5. Recebimento da Obra	378
18.6. Subempreitada	379
18.7. Direitos e Deveres do Empreiteiro	380
18.8. Garantia de Segurança e Solidez da Obra	381
18.9. Deveres do Dono da Obra	383
18.10. Extinção do Contrato	384

CAPÍTULO XIX

Empréstimo	387
19.1. Conceito e Características do Comodato	387
19.2. Deveres do Comodante	390
19.3. Direitos e Deveres do Comodatário	390
19.4. Extinção do Comodato	392
19.5. Mútuo	393
19.6. Mútuo em Dinheiro	395
19.7. Direitos e Deveres das Partes no Mútuo	396
19.8. Extinção do Mútuo	398

CAPÍTULO XX

Depósito	399
20.1. Conceito, Natureza e Abrangência	399
20.2. Espécies de Depósito	402
20.3. Depósito de Bagagens em Hotéis e Similares	404
20.4. Direitos e Deveres do Depositante	405
20.5. Direitos e Deveres do Depositário	406

20.6.	Vicissitudes e Fim da Prisão do Depositário Infiel.	409
20.7.	Extinção	410
CAPÍTULO XXI		
	Mandato	412
21.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	412
21.2.	Procuração: Instrumento do Mandato.	414
21.3.	Poderes de Representação: Outorga e Exercício.	416
21.4.	Excesso e Abuso dos Poderes	418
21.5.	Pluralidade de Mandantes ou de Mandatários.	419
21.6.	Mandatário: Capacidade, Direitos e Deveres.	420
21.7.	Mandante: Direitos e Deveres	422
21.8.	Mandato em Causa Própria	423
21.9.	Mandato Judicial.	425
21.10.	Substabelecimento.	427
21.11.	Extinção	428
CAPÍTULO XXII		
	Fiança	432
22.1.	Conceito, Pressupostos, Abrangência.	432
22.2.	Efeitos da Fiança	435
22.3.	Benefícios de Ordem e de Divisão.	437
22.4.	Responsabilidade do Fiador e Hipóteses de Exoneração	439
22.5.	Extinção	442
CAPÍTULO XXIII		
	Transação	445
23.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	445
23.2.	Espécies de Transação	447
23.3.	Efeitos da Transação	449
23.4.	Invalidades e Exclusões	450
23.5.	Extinção	453
	Bibliografia	454

Paulo Lôbo

Direito Civil

Coisas

volume 4

6ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.saraiva@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araújo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Edson Colobone
Revisão	Magda Carlos
Capa	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo
Direito civil - volume 4: coisas / Paulo Lôbo. – 6. ed. –
São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
360 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-358-7 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-0537

CDD 340
CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito civil

Data de fechamento da edição: 23-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606885 CAE 742819

SUMÁRIO

Apresentação.	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas.	15
1.1.1. Os animais são coisas?	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil.	20
1.3. Quando Pessoas Humanas Foram Consideradas Coisas	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna	27
1.4.1. Propriedade Moderna e Direito Romano	32
1.4.2. A propriedade na Contemporaneidade	33
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas	34
1.5.1. Patrimônio de Afetação	37
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil	39
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	40
1.8. Direitos Intelectuais	43
1.9. Relação Jurídica Real.	46
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	49
2.1. Demarcação do Fenômeno	49
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	51
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	53
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse.	54
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	57
2.6. Titular de Posse e Detentor	59
2.7. Posse Autônoma	60
2.8. Direito à Posse.	62
2.9. Posse em Confronto com a Propriedade	64

2.10.	Composse	66
2.11.	Concepções Legais Brasileiras da Posse	67

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse		69
3.1.	Aquisição da Posse	69
3.2.	Classificação da Posse	73
3.3.	Posse Justa e Posse Injusta	75
3.3.1.	Violência	76
3.3.2.	Clandestinidadade	77
3.3.3.	Precariedade	78
3.4.	Posse Direta e Posse Indireta	79
3.5.	Posse de Boa-Fé e de Má-Fé	81
3.6.	Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	84
3.7.	Proteção Possessória	88
3.8.	Proteção Possessória das Servidões	93
3.9.	Perda da Posse	94

CAPÍTULO IV

Propriedade		96
4.1.	Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade	96
4.2.	Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	99
4.3.	Abuso do Direito de Propriedade	102
4.4.	Garantia Constitucional da Propriedade	103
4.5.	Constitucionalismo Social e Propriedade	104
4.6.	Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades	108
4.7.	Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	109
4.8.	Propriedade e Meio Ambiente	112
4.9.	Acesso e Propriedade	120

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade		122
5.1.	Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse	122
5.2.	Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade	126
5.3.	A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	127
5.4.	A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade	129
5.5.	Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	131
5.6.	Função Social da Posse	133
5.7.	Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade	135

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel	137
6.1. Imóvel	137
6.2. Aquisição Originária e Derivada da Propriedade.....	138
6.3. Usucapião em Geral	139
6.4. Usucapião Extrajudicial.....	142
6.5. Usucapião Extraordinária e Ordinária.....	145
6.6. Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	148
6.7. Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	151
6.8. Usucapião Especial Indígena.....	152
6.9. Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	153
6.10. Aquisição por Acessão	154
6.11. Aquisição por Acessão Natural	156
6.12. Aquisição por Acessão Industrial: Construções e Plantações	159
6.13. Aquisição por Acessão Invertida de Áreas Ocupadas.....	163
6.14. Aquisição pelo Registro Público do Título	167

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida	172
7.1. Modalidades Legais	172
7.2. Usucapião	173
7.3. Ocupação	175
7.4. Achado do Tesouro	177
7.5. Tradição	178
7.6. Especificação.....	182
7.7. Confusão, Comistão, Adjunção.....	184
7.8. Descoberta de Coisa Alheia Perdida	186

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade	188
8.1. Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	188
8.2. Alienação.....	190
8.3. Renúncia	191
8.4. Abandono	193
8.5. Perecimento da Coisa	197
8.6. Perda pela Desapropriação.....	198
8.7. Propriedade Resolúvel	203

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança.....	205
------------------------------------	------------

9.1.	Conteúdo e Abrangência	205
9.2.	Uso Anormal da Propriedade	207
9.3.	Árvores Limítrofes	212
9.4.	Passagem Forçada	214
9.5.	Passagem de Cabos e Tubulações.	216
9.6.	Águas e Vizinhança.	217
9.7.	Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	221
9.8.	Direito de Construir	223

CAPÍTULO X

Condomínio Geral		231
10.1.	Conceito e Espécies	231
10.2.	Administração do Condomínio.	234
10.3.	Direitos e Deveres dos Condôminos	235
10.4.	Condomínio Necessário	239
10.5.	Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	240
10.6.	Divisão e Extinção do Condomínio	243

CAPÍTULO XI

Condomínios Especiais.		245
11.1.	Condomínio Edilício.	245
	11.1.1. Condomínio de Fato.	249
11.2.	O Condomínio Edilício como Sujeito de Direitos.	250
11.3.	Convenção do Condomínio	251
11.4.	Assembleia dos Condôminos.	253
11.5.	Gestão do Condomínio	257
	11.5.1. Responsabilidade Civil do Condomínio.	260
11.6.	Contribuição Condominial	261
11.7.	Direitos e Deveres dos Condôminos	264
11.8.	Extinção do Condomínio Edilício.	271
11.9.	Condomínio de Lotes	272
11.10.	Condomínio Urbano Simples	273
11.11.	Condomínio em Multipropriedade	274
11.12.	Condomínio em Fundo de Investimento.	277

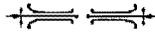
CAPÍTULO XII

Direitos Reais Limitados		280
12.1.	Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	280
12.2.	Direito Real de Superfície	283
12.3.	Servidões	287

12.3.1. Constituição da Servidão	289
12.3.2. Espécies de Servidões	289
12.3.3. Exercício da Servidão	291
12.3.4. Extinção da Servidão	294
12.4. Usufruto	295
12.4.1. Constituição do Usufruto	296
12.4.2. Usufruto Legal	297
12.4.3. Distinções, espécies, abrangência do Usufruto	298
12.4.4. Direitos e deveres no Usufruto	300
12.4.5. Extinção do Usufruto	304
12.5. Direito Real de Uso	306
12.6. Direito Real de Habitação	308
12.7. Direito do Promitente Comprador do Imóvel	310
12.8. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	315
12.9. Direito Real de Laje	318
 CAPÍTULO XIII	
Direitos Reais de Garantia	320
13.1. Conceito e Espécies de Garantia Real	320
13.2. Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia	322
13.3. Hipoteca	326
13.3.1. Constituição da Hipoteca. Direitos e Deveres	327
13.3.2. Hipotecas Sucessivas	330
13.3.3. Hipotecas Legais	331
13.3.4. Extinção da Hipoteca	331
13.4. Penhor	333
13.4.1. Direitos e Deveres	334
13.4.2. Extinção	335
13.4.3. Penhor Legal	336
13.4.4. Penhores Especiais	336
13.5. Anticrese	340
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia	342
 Bibliografia	 349

STJ00101978 - V.5

Paulo Lôbo



DIREITO CIVIL

FAMÍLIAS

6ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
Cecília Devus

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Tatiana das Santos Ramão

Capa Ricardo Gomes Barbosa

Produção gráfica Marti Rampim
Impressão Geográfica
Acabamento Geográfica

ISBN 978-85-02-62696-6

Lôbo, Paulo

Direito civil : famílias / Paulo Lôbo. – 6. ed.
– São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família - Brasil 3. Direito de família - Jurisprudência - Brasil 4. Direito de família - Legislação - Brasil I. Título. II. Série.

CDU-347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil
347.6(81)

Data de fechamento da edição: 14-4-2015

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

102.261.006.001

968806

Capítulo I

FAMÍLIA BRASILEIRA: ORIGENS, REPERSONALIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO	15
1.1. Introdução	15
1.2. Função atual da família. Sua evolução e perspectivas	16
1.3. Perfil demográfico da família contemporânea	18
1.4. Repersonalização das relações de família	19
1.5. Família socioafetiva e origem biológica	24
1.6. Constitucionalização das famílias e de seus fundamentos jurídicos	29

Capítulo II

DIREITO DE FAMÍLIA	33
2.1. Conteúdo e abrangência	33
2.2. Direitos da criança e do idoso e o direito de família	35
2.3. Evolução do direito de família brasileiro	37
2.4. Direito público ou privado?	40
2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais	42
2.6. Interação com o direito das sucessões	43
2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil	44
2.8. Tutela da privacidade e a mediação familiar	45
2.9. Direito de família e responsabilidade	46
2.10. Direito de família intertemporal.	49

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA	53
3.1. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família	53
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família	54
3.3. Princípio da solidariedade familiar	56
3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença	58
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros	61

3.4.2.	Emancipação progressiva da mulher na legislação brasileira	62
3.5.	Princípio da liberdade familiar	64
3.6.	Princípio da afetividade	65
3.7.	Princípio da convivência familiar	68
3.8.	Princípio do melhor interesse da criança	69

Capítulo IV

ENTIDADES FAMILIARES	72	
4.1.	Pluralismo das entidades familiares e dos âmbitos da família ..	72
4.2.	Da demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares	74
4.3.	Das normas constitucionais de inclusão	76
4.4.	Do melhor interesse das pessoas humanas que integram as entidades familiares	77
4.5.	Família monoparental	78
4.6.	União homoafetiva	79
4.7.	Famílias recompostas	82

Capítulo V

CASAMENTO	86	
5.1.	Validade e eficácia do casamento	86
5.2.	Casamento religioso	88
5.3.	A idade núbil ou a capacidade para casar	91
5.4.	Impedimentos matrimoniais em geral	93
5.5.	Tipos de impedimentos matrimoniais	95
5.6.	Causas suspensivas do casamento	97
5.7.	Habilitação para o casamento	98
5.8.	Celebração e registro do casamento	100
5.9.	Casamentos em situações extremas	104
5.10.	Prova do casamento e posse do estado de casado	105
5.11.	Casamento no estrangeiro	106

Capítulo VI

INVALIDADE DO CASAMENTO	108	
6.1.	Peculiaridades e espécies de invalidade do casamento	108
6.2.	Nulidade do casamento	109
6.3.	Anulabilidade do casamento	111
6.4.	Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	115
6.5.	Prazos decadenciais para anulação do casamento	118
6.6.	Casamento putativo	119

Capítulo VII

EFICÁCIA DO CASAMENTO	122
7.1. Plano da eficácia e direção da sociedade conjugal	122
7.2. Alteração ou adoção de nome com o casamento	124
7.3. Deveres comuns e igualdade conjugal	125
7.4. Dever de fidelidade recíproca	126
7.5. Dever de respeito e consideração mútuos	128
7.6. Dever de vida em comum, no domicílio conjugal	128
7.7. Dever de mútua assistência	129
7.8. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	130
7.9. Descumprimento dos deveres conjugais	131

Capítulo VIII

DIVÓRCIO	132
8.1. O divórcio, seus antecedentes e a mudança constitucional	132
8.2. Extinção da separação judicial e de causas ou prazos para o divórcio	134
8.3. Tipos de divórcio no direito brasileiro atual	137
8.4. Critérios comuns aos divórcios judiciais	138
8.5. Divórcio consensual extrajudicial	139
8.6. Efeitos do divórcio	142
8.7. Desconsideração da personalidade jurídica em razão do divórcio .	143
8.8. Efeitos essenciais do divórcio	144
8.9. Situação dos separados judicialmente e ainda não divorciados ..	145
8.10. Normas revogadas do Código Civil e da Lei de Introdução	146
8.11. Separação de corpos e separação de fato	147

Capítulo IX

UNIÃO ESTÁVEL	150
9.1. Da desconsideração legal a <i>status</i> constitucional. Características .	150
9.2. Requisitos, natureza e validade da relação jurídica	153
9.3. Distinção e conversão do namoro em união estável	157
9.4. Quando se inicia a união estável	158
9.5. Direitos e deveres	159
9.6. Regime de bens	160
9.7. Conversão da união estável em casamento	163
9.8. Extinção da união estável	165
9.9. Uniões estáveis paralelas	166
9.10. Uniões estáveis putativas	169

9.11. União estável concubinária	170
--	-----

Capítulo X

DIREITO À CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO DOS FILHOS	173
--	------------

10.1. Proteção dos filhos como direito à convivência	173
10.2. Direito à convivência do filho de pais separados	174
10.3. Direito à convivência compartilhada	176
10.4. Guarda unilateral	181
10.5. Direito de visita na guarda unilateral	185
10.6. Alienação parental	187

Capítulo XI

RELAÇÕES DE PARENTESCO	189
-------------------------------------	------------

11.1. Parentesco no direito brasileiro	189
11.2. Origens e modalidades do parentesco	190
11.3. Parentesco em linha reta	191
11.4. Parentesco colateral	193
11.5. Graus de parentesco e sua contagem	194
11.6. Parentesco por afinidade	196

Capítulo XII

DIREITO DE FILIAÇÃO	199
----------------------------------	------------

12.1. Conceito de filiação	199
12.2. Princípio da igualdade na filiação	200
12.3. Direito ao planejamento da filiação	201
12.4. Modos e presunções legais de concepção dos filhos	201
12.5. Inseminação artificial homóloga	204
12.6. Inseminação artificial heteróloga	207
12.7. As presunções de filiação na união estável	208
12.8. Distinção entre estado de filiação e direito da personalidade ao conhecimento da origem genética. Parto anônimo	209
12.9. Prova da filiação	213
12.10. Validade e eficácia do registro de nascimento	215
12.11. Posse de estado de filiação	217
12.12. Legitimidade para a prova judicial da filiação	218

Capítulo XIII

DÚVIDAS E IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO	220
---	------------

13.1. Novas núpcias da mulher	220
13.2. Impotência para gerar	221
13.3. Presunção de paternidade e o adultério da mãe	223

13.4.	Impugnação da paternidade pelo marido da mãe	224
13.5.	Reconfiguração da presunção <i>pater is est</i>	227
13.6.	Impugnação da maternidade pela suposta mãe	228
13.7.	“Adoção à brasileira”	229

Capítulo XIV

RECONHECIMENTO DE FILHO	232	
14.1.	Direito ao reconhecimento voluntário de filho	232
14.2.	Mudança de natureza do reconhecimento de filho	234
14.3.	Modalidades de reconhecimento voluntário	235
14.4.	Irrevogabilidade e incondicionalidade do reconhecimento	238
14.5.	Direito do filho a residir com o genitor que o reconheceu	240
14.6.	Guarda do filho reconhecido	240
14.7.	Investigação da paternidade e da maternidade	241
14.8.	Consentimento e impugnação do reconhecimento pelo filho	245

Capítulo XV

ADOÇÃO	248	
15.1.	Características, evolução e fundamentos constitucionais	248
15.2.	Legitimados a adotar	252
15.3.	Estágio de convivência	254
15.4.	Consentimento para adoção e hipóteses de sua dispensa. Entrega pela gestante para adoção	254
15.5.	Adoção por duas pessoas	257
15.6.	Adoção de maiores de 18 anos	259
15.7.	Requisitos do processo judicial e do benefício do adotando	259
15.8.	Efeitos da adoção	261
15.9.	Adoção internacional	264

Capítulo XVI

AUTORIDADE PARENTAL	268	
16.1.	Transformação do pátrio poder na autoridade parental	268
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	271
16.3.	Os pais como únicos titulares da autoridade parental	271
16.4.	Titularidade da autoridade parental pelos pais separados	273
16.5.	Exercício da autoridade parental	273
16.6.	Suspensão e extinção da autoridade parental	277
16.7.	Perda da autoridade parental	279
16.8.	Abandono afetivo do filho	281
16.9.	Responsabilidade civil dos pais	283

16.10. Representação, assistência e curatela dos filhos	285
16.11. Administração e usufruto dos bens dos filhos	286
Capítulo XVII	
REGIME MATRIMONIAL DE BENS	290
17.1. Liberdade de convenção e mudança de regime	290
17.2. Regime legal dispositivo	294
17.3. Regime legal obrigatório	295
17.4. Efeitos comuns entre os cônjuges, em qualquer regime de bens	298
17.5. Atos proibidos ao cônjuge sem autorização do outro	301
17.6. Responsabilidade civil do cônjuge pela má gestão dos bens comuns e privativos	304
17.7. Pacto antenupcial	306
17.8. Regime de bens no casamento com estrangeiro	311
17.9. Direito intertemporal	311
Capítulo XVIII	
REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL	313
18.1. Bens comuns e bens particulares	313
18.2. Bens que entram na comunhão	314
18.3. Bens, valores e obrigações excluídos da comunhão	315
18.4. Exclusão por causa de aquisição anterior ao casamento	318
18.5. Bens móveis	319
18.6. Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívi- das	319
18.7. Administração dos bens particulares e dívidas respectivas	321
Capítulo XIX	
REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS FACULTATIVOS	322
19.1. Regime de comunhão universal	322
19.2. Regime de separação de bens	325
19.3. Regime de participação final nos aquestos	329
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge	330
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	331
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	335
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	337
19.3.5. Outros efeitos do regime	338
Capítulo XX	
ALIMENTOS	340
20.1. Natureza, características e fundamentos	340

20.2.	Requisitos de necessidade, possibilidade e razoabilidade	345
20.3.	Obrigação solidária ou subsidiária?	347
20.4.	Titulares dos alimentos ou alimentandos	348
20.5.	Devedores dos alimentos ou alimentantes	351
20.6.	O fator culpa na atribuição dos alimentos	353
20.7.	Fixa�o dos alimentos	354
20.8.	Atualiza�o e revisão dos alimentos	356
20.9.	Extinção	357
20.10.	Prisão do devedor	360

Capítulo XXI

BEM DE FAMÍLIA	362	
21.1.	Conceito, evolução e tipos	362
21.2.	Objeto do bem de família legal	364
21.3.	Bens e d�vidas excluídos do bem de família legal	367
21.4.	Beneficiários do bem de família legal	368
21.5.	M�-f� e exclusão do benefício	369
21.6.	Instituição de bem de família voluntário	369
21.7.	Objeto do bem de família voluntário	371
21.8.	Beneficiários do bem de família voluntário	373
21.9.	Exclusões da impenhorabilidade e proibições	374
21.10.	Extinção do bem de família voluntário	375

Capítulo XXII

TUTELA E CURATELA	376	
22.1.	Finalidades e distinções	376
22.2.	Escolha e nomea�o do tutor	377
22.3.	Incapacidade de exercício e escusa da tutela	379
22.4.	Exercício da tutela	381
22.5.	Presta�o de contas pelo tutor	384
22.6.	Extinção da tutela	385
22.7.	Curatela	385
BIBLIOGRAFIA	389	